

Expresso

124-114 FRANCISCO PIRES BALESTRÃO

125-126 FRANCISCO PIRES BALESTRÃO

127-128 FRANCISCO PIRES BALESTRÃO

Melo Antunes em Roma com Malik

Melo Antunes, ministro da Defesa, viajou para Roma com Malik, ministro da Defesa português. Ambos os ministros foram recebidos pelo chefe de Estado italiano, o presidente Sgarbi, e pelo primeiro-ministro italiano, o ministro Andreotti. Melo Antunes fez uma declaração em que afirmou que Portugal mantém uma política de defesa independente e que não se alinha com nenhum bloco. Malik afirmou que Portugal é um aliado importante da NATO e que Portugal mantém uma política de defesa independente.

O PS e as nacionalizações

O PS tem uma posição clara em relação às nacionalizações. O partido defende a manutenção da propriedade privada e a defesa dos interesses dos cidadãos. O PS considera que as nacionalizações devem ser feitas de forma gradual e controlada, sem prejudicar a economia e a sociedade portuguesa.

O PS defende a manutenção da propriedade privada e a defesa dos interesses dos cidadãos. O partido considera que as nacionalizações devem ser feitas de forma gradual e controlada, sem prejudicar a economia e a sociedade portuguesa.

O PS defende a manutenção da propriedade privada e a defesa dos interesses dos cidadãos. O partido considera que as nacionalizações devem ser feitas de forma gradual e controlada, sem prejudicar a economia e a sociedade portuguesa.

O PS defende a manutenção da propriedade privada e a defesa dos interesses dos cidadãos. O partido considera que as nacionalizações devem ser feitas de forma gradual e controlada, sem prejudicar a economia e a sociedade portuguesa.

O PS defende a manutenção da propriedade privada e a defesa dos interesses dos cidadãos. O partido considera que as nacionalizações devem ser feitas de forma gradual e controlada, sem prejudicar a economia e a sociedade portuguesa.

CR reúne hoje em clima de tensão relativa

Melo Antunes, ministro da Defesa, reuniu hoje o Conselho de Regência (CR) em um clima de tensão relativa. O ministro apresentou um relatório sobre a situação da defesa portuguesa e as perspectivas para o futuro.

Melo Antunes, ministro da Defesa, reuniu hoje o Conselho de Regência (CR) em um clima de tensão relativa. O ministro apresentou um relatório sobre a situação da defesa portuguesa e as perspectivas para o futuro.

Juan Carlos assume a direcção da Espanha

Juan Carlos I assumiu oficialmente a direcção da Espanha em 1975. O rei foi coroado em Madrid e prometeu trabalhar para a democracia e a liberdade na Espanha. A sua ascensão ao trono marcou o fim da ditadura franquista.

Juan Carlos I assumiu oficialmente a direcção da Espanha em 1975. O rei foi coroado em Madrid e prometeu trabalhar para a democracia e a liberdade na Espanha. A sua ascensão ao trono marcou o fim da ditadura franquista.

Charais

Charais, ministro da Defesa, reuniu hoje o Conselho de Regência (CR) em um clima de tensão relativa. O ministro apresentou um relatório sobre a situação da defesa portuguesa e as perspectivas para o futuro.

Circunstâncias e ambientes de viagem de Vitor Crespo a Angola

Vitor Crespo viajou para Angola em um momento de tensão política. A viagem foi marcada por circunstâncias especiais e ambientes de grande expectativa.

O Ensino na revolução

O ensino na revolução é um tema de grande importância. A revolução deve trazer mudanças profundas no sistema educacional, promovendo a igualdade e a qualidade do ensino.

Charais

Charais, ministro da Defesa, reuniu hoje o Conselho de Regência (CR) em um clima de tensão relativa. O ministro apresentou um relatório sobre a situação da defesa portuguesa e as perspectivas para o futuro.

Circunstâncias e ambientes de viagem de Vitor Crespo a Angola

Vitor Crespo viajou para Angola em um momento de tensão política. A viagem foi marcada por circunstâncias especiais e ambientes de grande expectativa.

O Ensino na revolução

O ensino na revolução é um tema de grande importância. A revolução deve trazer mudanças profundas no sistema educacional, promovendo a igualdade e a qualidade do ensino.

Tribunal Russell convocado para Lisboa em Janeiro?

O Tribunal Russell foi convocado para Lisboa em Janeiro. O tribunal será responsável por julgar os crimes cometidos durante a revolução portuguesa. A convocação é considerada um passo importante para a justiça.



Expresso Extra
5 de Novembro
O Expresso
passou a doiscentos

À venda todas as 4.ª e 5.ª de manhã

O Tribunal Russell foi convocado para Lisboa em Janeiro. O tribunal será responsável por julgar os crimes cometidos durante a revolução portuguesa. A convocação é considerada um passo importante para a justiça.

O Tribunal Russell foi convocado para Lisboa em Janeiro. O tribunal será responsável por julgar os crimes cometidos durante a revolução portuguesa. A convocação é considerada um passo importante para a justiça.

C. de Ministros aprova (por maioria) Plano de Emergência

O Conselho de Ministros aprovou, por maioria, o Plano de Emergência. O plano prevê medidas para lidar com situações de crise e garantir a estabilidade da economia e da sociedade portuguesa.

O Conselho de Ministros aprovou, por maioria, o Plano de Emergência. O plano prevê medidas para lidar com situações de crise e garantir a estabilidade da economia e da sociedade portuguesa.

C. de Ministros aprova (por maioria) Plano de Emergência

O Conselho de Ministros aprovou, por maioria, o Plano de Emergência. O plano prevê medidas para lidar com situações de crise e garantir a estabilidade da economia e da sociedade portuguesa.



OMEGA Dynamic
Um relógio que se renova. É jovem! É moderno!

24 horas

em notícia

Melo Antunes em Roma com Malik

PARTE, amanhã, com o destino a Roma o ministro dos Negócios Estrangeiros Português, major Melo Antunes, que naquela cidade se avistará com o seu colega indiano, Adam Malik. Pensa-se que o teor das conversações diga respeito à actual situação política de Timor. Contactado pelo EXPRESSO no sentido de se pronunciar sobre a importância e os objectivos desta viagem, Melo Antunes explicou-se, no entanto, a fazer quaisquer declarações, preferindo deixá-las para o seu regresso.

Entretanto sabe-se que foi a FRETILIN — ao contrário do que fora anunciado pela imprensa nacional no decurso desta semana, — que tomou a iniciativa de dar um último prazo para novas conversações com o governo português sobre o futuro de Timor. Com este prazo, que aponta para os primeiros quinze dias de Novembro, pensa a FRETILIN apressar ainda as conversações com Portugal, no intuito prévio de obter rapidamente a independência daquele território. A FRETILIN ouviu também vários observadores estrangeiros e deslocaram-se a Timor para apreciar "in loco" a situação de ordem e paz ali existentes.

Acompanham Melo Antunes os majores A. Coelho e Ravara, do Gabinete de Timor e o dr. Vidas Bossa, do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O PS e as nacionalizações

O TEMA MAIS QUENTE da sessão de ontem da Assembleia Constituinte respeitava à votação da matéria da irreversibilidade das nacionalizações feitas depois de 25 de Abril de 1974.

Uma proposta do PS previa a irreversibilidade de todas as nacionalizações, como conquistas legítimas das classes trabalhadoras. PS, PCP, UDP e MDP/CDE, votaram a favor, mas faltaram 14 votos para se atingir os 126 necessários para a aprovação.

O PPD abateu-se, dizendo aceitar a irreversibilidade das nacionalizações mas só dos sectores básicos e serviços colectivos, e não de pequenas e médias empresas. O CDS votou contra, dizendo designadamente não avaliar a política económica de Vasco Gonçalves.

Depois, o PS apresentou uma proposta abrangendo os sectores fundamentais da economia e serviços colectivos. O PCP disse não aceitar esse recuo, reintroduziu a sua proposta (análoga à primeira do PS) e utilizou a palavra quase 40 minutos, para depois pedir suspensão de 30 minutos, quando já faltavam 25 m para as 20 horas. O objectivo era editar a votação para hoje, pensando deserto a uma eventual retirada da nova proposta PS e numa mobilização de votos PS, PCP, MDP/CDE e UDP, que soma 126.

Hoje, às 11,30 m, se verá se o PS persiste na sua proposta (idêntica à sua ao projecto da Constituição), ou a retirar para se juntar ao PCP.

"O Século": respeitar (ou não) votações

TUDO LEVA a crer que a edição de hoje de "O Século" não sairá de novo. Com efeito, à hora a que nos cremos, as posições no interior da SNT continuavam irreduzíveis. Por um lado, a esmagadora maioria dos trabalhadores daquela empresa que demitiu democraticamente dos cargos de Director e chefe de Redacção, respectivamente Adelino Tavaras da Silva e Joaquim Basílio, e singra para os seus lugares os jornalistas Roby Amorim e Luís Alves, não abdica da sua posição, baseando-se na força que lhe confere a decisão do referendo ratificado em plebiscário. Por outro lado, a Administração da Sociedade Nacional de Tipografia mantém a decisão que ontem convulsionou os trabalhadores — que a direcção levou assumida pelo major Óbidos Rego, presidente do C. de Administração por parte do Estado, suscitado por Alexandre Manuel (actual chefe de Redacção de "A Vida Mundial") e por uma chapa de redacção composta pelos jornalistas Miguel Serra Pereira, Eduardo Guerra Carmeiro e Francisco Maia. A proposta da Administração, se que propôs, é agora apoiada pelo grupo minoritário afínio ao PCP e que se opõe à nomeação de Roby Amorim e Luís Alves, o mesmo pequeno grupo que ontem, no interior da SNT, impediu a impressão do jornal sob nova orientação ideológica.

Fontes bem informadas dizem-nos que ao fim da manhã de ontem, elementos isolados de muitos trabalhadores da SNT se avistaram com Almeida Santos. O ministro da Comunicação Social ter-lhes-ia manifestado o seu desagrado pela forma como o presidente do C. de A., major Rego, pretendia resolver o dilema, ao invocar o seu direito de nomear e demitir directores, não respeitando a vontade dos trabalhadores expressa no referendo. Recordamos que o major Rego assistiu à contagem dos votos que demitiu a Direcção Adelino Tavaras da Silva e no momento não opôs qualquer obstáculo.

Segundo julgamos saber, em círculos próximos ao Ministério da Comunicação Social, fala-se na nomeação de um novo delegado por parte do Estado para a presidência do Conselho de Administração da SNT, entidade proprietária de "O Século", "Vida Mundial", "Século Ilustrado" e "Mulher Modas e Berdãos".

CR reúne hoje em clima de tensão relativa

NESTA semana a já crónica crise político-militar teve importantes desenvolvimentos que, embora dispersos por diversas Zonas, parecem apontar para um gradual reforço da ordem e da disciplina.

Alterações na hierarquia

A instabilidade verificada nos últimos tempos nas unidades militares começa a reflectir-se, como seria de prever, nos postos de chefia das Forças Armadas e, em primeira linha do Exército.

Durante o Conselho de Re-

volução da passada segunda-feira, cuja primeira parte foi dedicada a uma discussão e análise dos resultados da viagem presidencial à Itália e Jugoslávia, Carlos Fabião foi violentamente contestado e posta em dúvida a possibilidade de se manter como Chefe de Estado-Maior do Exército. A questão háctica, neste aspecto, terá sido posta pelo Almirante Pinheiro de Azevedo ao considerar que nenhum Chefe de Estado-Maior se pode colocar na posição de ser contestado, por militares ou por civis, como aconteceu a Carlos Fabião na sua última visita ao Porto.

Tendo esta tese recebido o apoio maioritário dos membros do CR presentes, foi também sugerido que se passasse à fase de proposta de nomes para substituir Carlos Fabião, o que se prevê que venha a ser concretizado na reunião do CR a realizar hoje.

O ataque à posição de Carlos Fabião, motivado pelas suas recentes declarações e pelas hesitações que, na opinião de alguns elementos do CR, tem caracterizado a sua actuação como CEME, não se pôde desligar da análise de situação que foi feita pelo almirante Pinheiro de Azevedo na reunião

do Conselho de Ministros de quinta-feira da passada semana (ver EXPRESSO de 24/10/75). Nessa ocasião, o Primeiro-Ministro afirmou que era inútil estar a discutir as medidas de política a tomar para resolver os graves problemas do país quando uns vites revolucionários do MFA, pelas suas posições públicas, se encarnaram de se destruir e de minar todo o campo de acção governamental. Pinheiro de Azevedo terá ainda exemplificado esta sua análise com os casos de Otelo, Fabião e Rosa Coutinho.

Por outro lado, elementos pertencentes ao que se convencionou "grupo dos nove" foram peremptórios ao declarar que não parte deles o ataque a Carlos Fabião e que, de facto, o movimento de contestação tem profundas raízes nas bases militares e que, por isso mesmo, Fabião não pode convocar uma Assembleia do Exército pois correria o risco de ser destruído das funções que ocupa por quem para elas o elige.

No entanto, as mesmas fontes consideram prematuras as notícias que apontam para uma imediata substituição de Carlos Fabião no cargo de CEME. A decisão, tal substituição, só dentro de algumas semanas eia se concretizará. Entretanto, o CEME, que esteve representado da Assembleia Federal, afirmou ser conhecedor de rumores, aliado em Bonn, ignorar qualquer intenção de o demitirem de Chefe de Função, faz-lo por sua iniciativa.

Apresenta-se, com certa expectativa, o resultado do inquérito feito de facto, por a unidade a tomar em face dos resultados do inquérito levantado a comandantes de unidades da RMM que, quando sob o comando do brigadeiro Curvelo, decidiram sublevar-se às ordens do brigadeiro Charais, da RMC. Fontes militares afirmaram-nos que Carlos Fabião terá já elementos suficientes para sustentar a tese de punir os comandantes dessas unidades. Segundo as mesmas fontes, Charais terá-se oposto a essa possibilidade, ameaçando apresentar as suas demissões se os referidos comandantes forem punidos.

As mesmas fontes militares acrescentam que é já do conhecimento a existência de um movimento de bases de Carlos Fabião, como CEME, em algumas ADUs de unidades operacionais e que esse movimento não deixará de se manifestar publicamente, no caso de se vir a concretizar a tentativa do afastamento de Fabião do mais alto posto do Exército.

Também o capitão Salgueiro Maia, que na passada semana se dirigiu pessoalmente ao COPCON, a fim de desmentir afirmações do coronel Jaime Neves ao "Século Ilustrado" (segundo as quais a EPC contestaria a general Otelo), é alvo de contestação por parte de alguns sectores da Escola Prática de Cavalaria, de Santarém, que o consideram "desnecessário à esquerda".

Descontentamento na armada

Por outro lado, na Armada segundo alguns oficiais desta arma, um certo clima de insegurança e descontentamento se tem vindo a tornar mais evidente nos últimos tempos.

Em particular, a inclusão na Ordem de Armada de 28 de Outubro de textos sobre saneamento, alguns dos quais já antigos mas que são agora realçados, e o comunicado da Comissão Coordenadora do MFA da Armada vieram agudizar as tensões existentes.

De acordo com os oficiais com quem contactámos, e que se consideram largamente maioritários, a constituição de uma Comissão Técnica para "apreciação de oficiais" decidida em 27 de Outubro de 1975, é uma manobra de intimidação que ameaça com processos de depuração os oficiais que se esforçam por estabelecer métodos democráticos de funcionamento dentro da Armada.

No que se refere ao documento emanado da Comissão Coordenadora, lê-se dito que se gerou um movimento de repúdio perante este comunicado e que surgiram duas linhas de acção face ao documento em causa: um grupo de oficiais considera que a resposta mais adequada consiste na apresentação imediata do pedido de passagem à reserva, enquanto outro grupo decidiu permanecer na Marinha e contestar activamente o conteúdo do documento, denunciando a incompetência dos actuals órgãos, que consideram alinhadas pelas suas e métodos "golpistas".

Em qualquer das duas linhas referidas, encontram-se oficiais de grande prestígio da Armada e preside que, numa reunião de Assembleia de Delegados dos Oficiais da Armada que se realizou

(Continua no pág. 12)

Mosaico militar em crescendo de contradições

3

(Continuação de pág. 1)

heje, estes assuntos venham a ser amplamente debatidos.

Este ambiente de tensão entre os oficiais da Armada pode também ser exemplificado por uma recente orientação do Estado-Maior da Armada que dá instruções a todos os oficiais para retirarem dos seus automóveis os autocolantes com uma lânceta que, como se sabe, é o distintivo dos oficiais da Marinha. Esta situação é considerada, pelos oficiais com quem falámos, como resultado das atitudes e posições políticas de certos elementos destacados da Marinha que conseguiram destruir a relação de amizade entre a Armada e a população portuguesa.

Sargentos milicianos contra a passagem à disponibilidade

Regressando ao Exército e recorrendo a fontes fidedignas, sargentos milicianos esboçam um movimento contra a passagem à disponibilidade que se deveria verificar hoje, amanhã, e depois. Este movimento teria começado em Tavira, onde se localiza o Centro de Instrução de Sargentos. Sebe-se ainda que delegações de sargentos percorrem outras unidades, inclusive no Norte, procurando mobilizar a classe de sargentos milicianos para uma acção conjunta.

Recorde-se que, já há algum tempo, foi admitido, numa Assembleia do MFA que havia um excedente de cerca de 2700 furriais e sargentos milicianos. Embora reconhecendo que a sua passagem à disponibilidade permitiria realizar uma economia de verbas substanciais (um furriai ganha cerca de 3700 escudos), considerou-se, porém, que essa medida não poderia ser tomada, porque podia desencadear pedidos de passagem à disponibilidade de soldados, cujo contingente em já suficiente para as necessidades.

Este excedente de sargentos é também de oficiais milicianos e é justificado pelo facto de estas duas classes terem que enquadrar companhias de soldados locais usados nas quadriculas militares das colónias.

Admitindo fontes militares que este movimento, embora pretendendo argumentos políticos (os furriais em questão afirmam que a sua passagem à disponibilidade é uma medida contra-revolucionária, até porque fizeram o 25 de Abril se dar fundamentalmente a razos de carácter económico, na medida em que a mão parter terá dificuldade em arranjar emprego.

Caso CICAP/RASP

Cerca de três ou quatro centenas de soldados e alguns milhares de pessoas manifestaram-se na quinta-feira, aos rasos do Porto, em

apoio à luta dos militares do CICAP/RASP. A multidão, que palmilhou um longo percurso, manifestou-se em frente do QG/RMN e do CICAP. No fim, em frente ao Palácio da Justiça, teve lugar um pequeno comício, durante o qual foi proposta a dissolução da comissão de luta dos soldados do RASP — uma vez que a luta diz respeito e se deve projectar em todos os quartéis — e sugerido que os militares em bloco recusassem a passagem à disponibilidade (supõe-se que se trata das duas últimas incorporações de 73, que devem passar hoje (11) à disponibilidade).

Durante a manifestação, gritaram-se as habituais palavras de ordem sendo particularmente visado o ABM, "um exército de memórias", ao dizer de um dos membros da comissão.

Acusa-se o brigadista Pires Veloso de ter impedido uma maior participação de soldados, sobretudo do RASP, ao mandar para as imediações do quartel algumas chaves e deusas de PNM. Os manifestantes, quando se dirigiam ao QG, orçaram-se com soldados armados de G-3, que firmaram montar vigilância junto à RR.

A FUI e a UDEP e outras organizações da esquerda apoiaram a manifestação. Todavia, o PC não a apoiou, pelo menos publicamente. Aderiu também o Conselho Revolucionário de moradores do Porto. Viam-se cartazes de representantes do BE J de Santa Margarida e do RI de Abrantes. Sublinhe-se que, como nos declararam elementos afectos aos soldados do RASP, a luta transcendeu já este quartel e os objectivos iniciais: a abertura do CICAP e cumprimento das decisões do General Fábulo. Para o frustrado plano de sexta-feira passada, havia vários pontos concretos sobre o avanço da luta.

Silenciam-se, entre outros, a constituição em cada quartel de um comité de apoio à luta do CICAP/RASP, o combate às cânticas lançadas "pelos reaccionários", a realização de picnics e a informação dos camaradas através dos meios adequados, o combate às medidas repressivas, nomeadamente a passagem de licenças registadas, ligadas com as comissões de moradores, de trabalhadores de outros órgãos populares da área. Depois, os soldados do RASP em luta partiram para outros objectivos, contestando a disciplina militarista nos quartéis, a "exploração nos quartéis", os "oficiais fascistas e reaccionários". Surpreendentemente, por isso, a dissolução da comissão de luta, se se concretizar.

Segundo círculos afectos ao QG/RMN, "esta luta terá inevitavelmente de fruscar dada a desmotivação dos soldados, marcados por milícias". Segundo as mesmas fontes, a anular as manifestações e picnics, viam-se sempre as mesmas caras de chibis e militares.

Novos elementos sobre o grupo antifascista e antioscialista

Novos elementos foram comunicados ao EXPRESSO por militares afectos à linha que está a formar a frente anti-fascista e anti-socialista a que nos referimos na edição da semana passada.

A sua designação começou por ser alvo de controvérsia, havendo quem preferisse a designação mais ampla de movimento antioscialista. No entanto, acabou por prevalecer a posição dos que consideraram que se devem identificar claramente os dois parâmetros de acção, explicitando que não só se terá que lutar contra os avanços e a instrumentalização das FA pelo PCP e partidos que lhe são marginais, como também se terão que reforçar a vigilância e as condições de defesa contra os avanços da direita, dentro e fora das FA.

Mais o objectivo central deste grupo, na opinião de alguns dos seus promotores, é reforçar a unidade do bloco histórico que constitui o MFA e que, por efeito da acção política individual dos seus membros, se encontra hoje em perigo.

Consideram estes militares que, mesmo os elementos que ocupam posições de chefia, seja a nível governamental, seja a nível político-militar, se devem submeter a uma disciplina democrática de trabalho colectivo. Esta é, em sua opinião, a única forma de evitar a instrumentalização e a separação entre as células aos quais se assiste hoje nas organizações militares.

Para concretizar mais claramente as condições de funcionamento e os objectivos globais deste grupo foi nomeada uma comissão de quatro elementos, encarregada de elaborar um documento-manifesto que, de acordo com as suas referências, constituirá uma adaptação do "documento dos nove" à actual conjuntura política.

Contudo, há ainda problemas a resolver para que este grupo se considere operacional. Assim, a presença de alguns elementos considerados pouco progressistas dos origens a algumas dúvidas quanto à unidade efectiva desta nova organização político-militar. Por outro lado, o facto de não estarem presentes alguns elementos preponderantes da chamada linha democrática do MFA foi considerado um aspecto "muito negativo" pelos militares com quem contactámos.

Por outro lado, o "Jornal do Comércio" publicou, na sua edição de quarta-feira, declarações de um militar não identificado e onde se acusou o EXPRESSO de "abusiva ou intencionalmente se ter mostrado confidencioso em relação à notícia publicada sobre este assunto na sua última edição.

Esta acusação não tem o menor significado, como aliás se deduz dessa mesma entrevista onde, quando muito, o EXPRESSO é acusado de ter servido de veículo à divulgação de pormenores de constituição deste grupo que, segundo deliberação dos seus componentes, não devam ser tornados públicos nesta fase. De qui decorre que nem o EXPRESSO tem que alterar seja o que for à notícia que publicou, nem tão pouco está disposto a aceder à sugestão feita de indicar qual foi a sua fonte de informação, mesmo que apenas para os meios militares.

Situação desanuviada na R. M. do Norte

O PANORAMA político-militar do Norte, ainda que situando questões várias, para lá do caso CICAP/RASP, apresenta-se agora mais desanuviado. A deslocação de Pinheiro de Azevedo, se mais não conseguiu, logrou pelo menos definir mais claramente coordenadas políticas.

Na RMN, afirmaram-nos fontes autorizadas, a vida processa-se com normalidade nos quartéis. Isto, no entanto, funciona em escolas de recrutas em diversas localidades. Os soldados do CICAP reconhecem a sua instrução na Póvoa de Varzim e em Braga. Centenas de outros, há pouco incorporados, são instruídos nos aquartelamentos do RIP (Regimento de Infantaria do Porto) no Destacamento de Espinho do RCP (Regimento de Cavalaria do Porto), em Viana do Castelo, Penafiel e Chaves.

Os agentes contra-revolucionários, no entanto, por outro lado, mantêm-se activos: uma explosão em Valença, rebentamento de petardos no Porto (um sob o carro de um oficial ligado aos SUV), recrutamento de elementos — são actos reivindicados e atribuídos ao ELP/MDLP. «O problema não é grave — diz-se-nos, a propósito informador responsável — mas não deixa de ser preocupante. Notícias de que têm sido referenciados no Norte determinados agentes daquela ce-

ganização fascista, em geral, não são confirmadas. «Mas é indubitável que os agentes internos e externos do ELP/MDLP andam por aí, como se prova pelos atitudes ultimamente registados.

De acordo com círculos próximos do QG/RMN, torna-se muito difícil o controlo dos agentes contra-revolucionários vindos do estrangeiro ou recrutados no país. Para tanto, seria preciso um aparelho de informações adequado e eficiente. Afecto ao QG/RMN existe um Serviço Militar de Informações, mas bastante incipiente.

Assim, na prática, adiantaram-nos, anda-se atrás dos acontecimentos. O esquema da recolha de informações assenta sobretudo na PSP/GNR, que possuem muitos pequenos postos espalhados pela região, e as fornecem àquela serviço. Este ocupa-se então de sua triagem e trabalhos, conforme a sua importância.

Por decisão do general Otelo Saraiva de Carvalho foi suspenso das funções que exercia momentaneamente — segundo as entidades — major Vargas Cardoso, por ter prestado informações a órgãos de comunicação social sem para tanto estar autorizado. Esta decisão do comandante do COPCON foi tomada tendo em consideração factos anteriores como a carta deite oficial acerca do envio de armas.

O COPCON a esse respeito emitiu um comunicado no qual se consideram "abusivas e ilegítimas" as declarações do major Vargas ao "Jornal Novo", por não se encontrar ainda concluído o inquérito levantado acerca dos afofocamentos da Embaixada de Espanha e de não actualização do RALIS; o comunicado aduzia, no entanto que "...a partir das 15 horas da véspera do incidente da embaixada, o comandante do RALIS e o major Diniz de Almeida estiveram presentes até cerca das 21.30, no Centro de Sociologia Militar, numa reunião da ADR da RML (L.), juntando posteriormente e representando à unidade cerca das 02 horas e 30 minutos, logo a que o maj. Diniz de Almeida foi informado imediatamente da ordem dada pelo COPCON."

O major Vargas Cardoso, informado pelo oficial de dia do COPCON da decisão do comandante do Alto do Duque, apresentou-se naquele comando ontem à tarde onde recebeu guia de marcha para o Estado Maior do Exército.

Desestabilizadamente

PINHEIRO DE AZEVEDO sobe, Rosa Coutinho desce; Fábilo desce, Pires Veloso sobe. Esta é a cotação da semana que hoje termina. A da anterior terá sido levemente diferente, e da próxima poderá ser ligeiramente distinta.

Descem uns, sobem outros, outros ainda mantêm-se estacionários. Altas figuras militares, partidos políticos, grupos de pressão de vária ordem, os próprios meios de comunicação social, oscilam, como as acções na bolsa ou os ventos e as temperaturas nos boletins meteorológicos. Com maior ou menor brusquidão e subtilidade, as variações sucedem-se, confundindo os directamente visados e os que ainda se interessam em apostar em pessoas ou em ideias.

Por isso se fala de desestabilização. Uns atribuem-na à direita, outros à esquerda. Ninguém reconhece a culpa própria, sobretudo quando é óbvio que a tem. É frequente ouvir-se dizer que A é um incompetente, B um ambicioso, C um burro, mas é raríssimo que alguém, seja qual for o grau de responsabilidade, confesse que falhou, que errou, que é culpado de actos que muitas vezes afectaram milhares ou milhões de portugueses.

A autocrítica é negada, como valor espiritual e como exercício útil, ou rapidamente transformada em auto-defesa (daí, com igual rapidez, se passa ao ataque pessoal que, normalmente, quando dirigido aos verdadeiros responsáveis, é tímido, cochichado e não se dirige aos aspectos de fundo). Assim vivemos. Desestabilizadamente. Entretidos com as cotações da bolsa dos valores políticos, apoiando ou atacando um VI Governo que, para uns, será a última esperança, para outros, a última resistência, para terceiros, a última divagação dentro de um inquebrável círculo vicioso: mas que, para todos, não deixa de ser provável e representativa, quando muito uma importante saída, positiva ou negativa, para o grave impasse em que, por foga à auto-crítica e por incapacidade ou medo de atacar o que (e quem) deve ser atacado, nos colocámos ou deixámos colocar.

Por maior que seja a capacidade de adaptação dos portugueses, viver desestabilizadamente, cansa, enerva, desgasta. A desestabilização não é exclusivo da política, repercute-se no económico e no social, em campos tão diversos como o trabalho e a educação, o investimento e a inflação, as ocupações e os saneamentos, a informação e o trânsito, etc.

O desgaste, o enervamento, a cansaça, atingem desigualmente as pessoas, mas, decorridos quase 20 meses de revolução, já não há homens sem sono, há alguns milhões de cidadãos muito fatigados ou desmorteados e alguns milhares de bem intencionados, iluminados ou oportunistas empenhados em agitá-los.

É certo que revolução não é tempo de descanso e que quem a ela aderiu sabia que tinha de fazer sacrifícios. Os portugueses, no entanto, parecem ter deixado de acreditar na revolução ou pelo menos estão amplamente divididos sobre o que ela significa e para onde (e para quem) ela deve ir.

Além disso, aprenderam, com o 25 de Abril, que a resignação não compensa e sabiam já que a emigração, sendo uma forma de escapar e resistir ao mal estar, não pode ser usada abusivamente e, muito menos, por cobardia.

Para que a terceira solução possível, a revolta, não se venha a verificar, para que o «levantamento popular» de que Spínola e certas vanguardas revolucionárias falam, quase no mesmo tom, não surja, pondo um fim abrupto e sangrento à bela arrancada do 25 de Abril, é preciso que acabe de vez a desestabilização.

A revolução fez conquistas valiosas, no campo das liberdades políticas, como no dos direitos sociais e económicos. Para não se perderem, para não serem contestadas, para não se esfumarem perante as investidas das minorias, elas terão de ser tratadas, cuidadas, institucionalizadas.

Não é isso que se tem feito nem é vivendo desestabilizadamente que se conseguirá fazê-lo.

Se se pretende que a revolução triunfe e não seja traída, se se deseja viver em paz e democracia, é indispensável que cessem os ataques ao superfluo e se concentrem no essencial, que se perca o medo de dizer as verdades que custam, que se domine o orgulho e a ambição de quem se recusa à auto-crítica, que se deixe governar quem legitimamente está no Governo, que se retire o poder a quem não tem condições, para o exercer, que se destruam os falsos ídolos e os tigres de papel.

Só então poderemos viver estabilizadamente.

Expresso

15-10-31

8

DIAS, António

CARVALHO, Luís Nandim de
PEDROSA, Mário

A VERDADEIRA «Frente» que se opõe, segundo o autor do artigo às pseudo-frentes que a «chamada extrema-esquerda tem vindo desde o 25 de Abril a propor» é o tema deste artigo de ANTÓNIO DIAS. «Além da aliança básica entre operários e camponeses é necessário unir todas as classes, todas as forças, todas as personalidades antifascistas e anti-social-fascistas» eis o que defende este nosso colaborador afecto ao MRPP.

LUIÍS NANDIM DE CARVALHO, ex-Subsecretário de Estado da

Administração Interna nos 2.º e 3.º Governos, actualmente no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, fala da necessidade para Portugal de definir uma política nacional da Informação, descrevendo as vantagens de um Sistema Nacional de Informação Científica e Técnica que deverá traduzir-se na criação de um Gabinete.

MÁRIO PEDROSA, crítico de arte brasileiro, conhecido internacionalmente, retoma hoje um tema que tratou no nosso N.º de 18 de Outubro, a arte e a sua relação com o artista e com o sistema político em que se insere.

Uma frente contra as «Frentes»

António Dias

A CHAMADA «extrema-esquerda» tem vindo, desde o 25 de Abril, a propor (com a facilidade de expressão que caracteriza os fala-baratos) toda a espécie de «frentes», «uniões», «alianças», algumas identificadas mesmo por siglas tão sonoras como as declarações dos seus dirigentes — o que não é dizer pouco...

Ele foi a infável «Frente Eleitoral de Comunistas» (desarranço teórico que só tem paralelo no da descoberta da «corrente m-l»), ele foi a proposta cunhalista da FUR, ele foram as AOC's e FSP's, ele parece que vai ser a exumação do cadáver da FAP, há longos anos enterada pelas traições dos seus dirigentes. Todas estas «frentes» têm em comum o não o serem. Nuns casos não passam de «duplos» de outras organizações, MDP/PCDE's para uso próprio de grupúsculos rebarbativos (como a Frente... de Comunistas); noutros são rapapés à «extrema-esquerda», que deixa, para efeitos conjunturais, de ser sabediada pela CIA e de fazer (objectivamente) o jogo da reacção (como a proposta do ex-ministro Cunha); noutros, ainda, agrupamentos de fraquezas, manobras bombásticas de comités centrais ou secretariados que não se sabe bem quem dirigem (como a FUR).

Da época heróica das Frentes Populares animadas pela Internacional, dos ensinamentos maoístas de que alguns se reivindicam ou da experiência chilena, ficaram-lhes vagas reminiscências literárias e a confusa intuição da necessidade da Frente. Conhecem-na, as mais das vezes,

ora como um super-parlamento, onde algumas «cabças» se disputam os lugares mais importantes, ora como uma espécie de sociedade por quotas da política, em que cada grupo conta com lugares de direcção na proporção da força (7) de que dispõe.

Estas formas de conceber a Frente (pelo menos nas condições e na etapa actual da revolução portuguesa) enferma, além dos erros originados pela incapacidade teórica, de uma visão absolutamente mecanicista e reaccionária do problema. Na criação da Frente, o proletariado revolucionário não deve, de maneira nenhuma, depositar as suas esperanças ou concentrar todos os seus esforços sobre as alianças e sobre a colaboração com os chefes dos partidos e das diversas organizações políticas. Sem negligenciar esse trabalho (o proletariado revolucionário tem como dever consagrar toda a sua solicitude e todas as suas forças na luta para criar a união do povo a partir da base, através de um grande trabalho de esclarecimento e de persuasão entre as massas, sobretudo através da organização de acções concretas, bem preparadas e reflectidas (8)).

Quer isto dizer que, não pondo de parte o esforço de colaboração com os partidos burgueses, a Frente deve ser, primordialmente, uma união de amplas massas da população (Órgãos de vontade popular, sindicatos, acções concretas de luta), e não uma simples união de partidos ou, muito menos, de caciques de partidos.

Saber quem deve participar na Frente e quem dela será excluído, isto é, quem são os aliados po-

tenciais e quem é o inimigo, é outro dos problemas sobre os quais lava a confusão (confusão a que não são alheios, como seria de esperar, os maneios do próprio inimigo).

Na actual fase da revolução portuguesa, o inimigo principal dos operários é o imperialismo, sob as suas formas mais virulentas e poderosas: o imperialismo americano e o social-imperialismo revisionista soviético. Na actual fase da revolução portuguesa os aliados dos operários são os camponeses, certas camadas da pequena e média burguesia, interessadas numa política de independência nacional.

Esta forma aparentemente simplista de apresentar o «quadro» da luta de classes faz frequentemente sorrir os senhores da política, os bem-pensantes do marxismo, os mentores esclarecidos do resto do mundo, que «não entendem estas coisas». Simulam não compreender (ou, o que pode ser pior, não compreendem) que a forma deparada não implica que o trabalho para chegar a ela tenha sido linear. A chamada «esquerda» portuguesa divide-se, sobre o problema da definição do inimigo principal, por 3 posições fundamentais: a dos que apontam o fascismo, a da pequena minoria que concede esse «honroso» título ao social-fascismo e a posição dos que acitam a teoria atrás exposta em forma de epistola ideológica, e para quem o inimigo principal do Povo português é o imperialismo, e para quem imperialismo yankee e social-imperialismo revisionista soviético são duas faces da mesma moeda, telecomandando no nosso país certas forças políticas que ora se

combatem pela maior faixa do bolo, ora se associam para o arrancar às classes trabalhadoras, numa Helmingia caseira e interminável, em que todos os acordos são provisórios e os choques se sucedem.

Para a primeira posição (defendida pelo Partido cujo secretário-geral é Alvaro Cunhal e pelas suas várias e diferenciadas filiais), a situação actual apresenta como característica essencial o avanço impetuoso da fera fascista, a que urge «partir os dentes» (não vale a pena abate-la, parece). Para eles, o VI governo é a ante-câmara do fascismo e os ministros e sub-secretários «integrados no processo» (como diria um dos muitos neo-democratas com ideologia colada a cuspo) estão lá para combater de dentro os apetites vorazes do «fascista» Melo Antunes, do «fascista» Mário Soares, do «fascista» Vítor Crespo! Abençoado atrevimento, o dos «analistas políticos» que, soberam decortinar, sob a aparência plácida de um candidato oposicionista de 1969, o ambicioso Hitler em potência, e cujos aplausos e beijámos ao «libertador» Spínola, em Abril-Meio-Junho-Julho-Agosto de 1974 eram atitudes tácticas, para esconder a sua inabalável convicção que o homem de Stalingrado, Madrid, Angola e Bissau não podia ser um democrata!... Eles evaziam a categoria «fascismo» do seu conteúdo, não fazendo com isso senão lançar a confusão e encobrir a prática. O que seria de esperar de quem libertou pides, evitou os saneamentos, censurou a imprensa e caluniou os trabalhadores...

Para os defensores da segunda

posição, que se reúnem normalmente num café cujo nome não se cita por uma questão de lealdade comercial para com as agências de publicidade, o social-imperialismo, sendo mais jovem e impetuoso do que o imperialismo americano (será também mais saudável?) é um perigo a ter mais em conta: os seus agentes no país, os social-fascistas, estão ao ataque. O facto de terem perdido, momentaneamente, algumas das suas posições no aparelho de Estado apenas significa que é preciso enterrá-lo mais. Mas não acreditam que isso seja muito fácil. Todas as alianças são boas, desde que anti-social-fascistas, o que inclui, pelos vistos, o Cor. Jaime Neves (Eduardo dia). Finalmente, os que acitam a terceira posição já referida (cuja formulação tem sido desvirtuada, quer no sentido de a assimilar à da malta do tal café, quer apelidando-a, por má fé ou cegueira, de «teoria dos dois inimigos principais»), entendem que a situação política se caracteriza por serem o proletariado e os seus aliados quem está ao ataque e ao assalto do poder; por haver o perigo de parar equivaler a morrer; pela verificação prática da tese marxista de que «a medida que a Revolução avança cria uma contra-revolução forte e coesa», o explica a virulência dos ataques da direita em geral (si incluídos certos grupos habitualmente classificados de esquerda).

Para estes, o momento não é para alianças ambíguas e sem princípios. Há que isolar o inimigo e combatê-lo onde quer que se encontre.

É face a esta situação que se deve analisar a problemática da Frente. Pretender constitui-la

com base em princípios moralistas, ou sentimentais, definir direita, esquerda, fascismo ou progressismo com base em critérios perfeitamente idealistas que nada têm a ver com a ciência do marxismo (a casa do dr. Mário Soares, os dias de prisão do dr. Tengarrinha, a marca do automóvel que o cap. Vasco Lourenço utiliza nas suas visitas à terra) pode ser tudo, mas não é, com certeza, contribuir para o avanço da Revolução.

Nas condições da Revolução, a qual, sendo obra das massas, não pode avançar sem que elas se unam e organizem sob uma direcção comum, o proletariado não pode marchar sozinho, partir isolado para o assalto ao poder.

Além da aliança básica entre operários e camponeses é necessário unir todas as classes, todas as forças, todas as personalidades, antifascistas e antisocial-fascistas, na base de um programa mínimo de um governo popular, que possa satisfazer as reivindicações fundamentais das largas camadas do Povo. É necessário aglutinar, no espírito das concessões mistas (recuando para melhor saltar) e da firmeza de princípios, todos os que recusam a instalação da ditadura terrorista que o imperialismo deseja impor, ainda que ele se apresente sob o verniz unitário e de esquerdas.

A esta aliança inderrotável se opõem fascistas e social-fascistas, com o desespero de quem adivinha próximo o fim. Com táticas diferentes, obedecendo a comandos distintos, o objectivo é o mesmo: sabotar a Frente, cercar o proletariado revolucionário, passar ao ataque. Os objectivos são os mesmos para ambos: impedir a constituição da Frente,

para evitar a derrota. Os meios são os mesmos: disputar ao proletariado a hegemonia sempre que ela esteja a exercer-se e atacá-lo onde quer que se manifeste.

É quanto ao campo de actualização que uns e outros diferem. Enquanto o sector fascista, directamente ligado ao imperialismo americano, tenta impedir a construção da Frente de fora, única posição de ataque que lhe é possível depois de 50 anos de terrorismo político, o outro sector, ligado ao social-imperialismo, está ainda em posição de fazê-lo de dentro, mais comodamente, dadas as posições que ainda detém no movimento operário e popular. Depois de 50 anos de traição revisionista que desarmaram, em grande medida, as classes trabalhadoras, e dos assaltos aos centros do poder e ao aparelho de Estado, e apesar da grande perda de prestígio e credibilidade que os dezasseis primeiros meses de governos provisórios lhe acarretaram, ainda foi possível, fazendo das fraquezas forças, arvores a bandeira do «esquerdismo», fomentar o aparecimento de algumas das pseudo-frentes e fazer esquecer a alguns o passado mais recente. Esforço que obteve, diga-se de passagem, algum sucesso momentâneo.

A estes contra-ataques violentos, dirigidos, mais do que ao VI Governo (que, naquilo que é essencial, isto é, no seu carácter de governo de conciliação de classes, pouco difere dos anteriores), a Frente que começa a materializar-se, o proletariado revolucionário saberá, certamente, responder com firmeza, sem se deixar assustar pela situação de aparente minoria (e qualquer semelhança entre esta afirmação e passagens de discursos proferidos na outra banda são pura

coincidência) e, acima de tudo, com o prosseguimento da correcta política de alianças.

As Frentes não se constituem no seio de uma só classe.

É um bom exemplo da forma tortuosa de argumentar de alguns pensadores da nossa praça, a facilidade com que passam da acusação de sectarismo para a de defensores de alianças espúrias.

Dois perigos, na verdade, dois perigos sérios, esperizam esta aliança: o sectarismo vago dos que vêm em cada mísero burguês um fascista e em cada liberal um social-democrata; daqueles para quem apenas o aliado deve ceder, daqueles que querem, em suma, fazer um partido e não uma Frente. É a conciliação dos que adoptam a atitude liberal de tanto «desejaro» a Frente que querem diluir-se nela, o que é uma forma de chegar ao mesmo, mas com um «partido» sem ideologia e, provavelmente, com menos aderentes.

Só uma política de luta e unidade, de crítica e de concessões positivas, que não excomunique contradições óbvias (e até desejáveis e frutuossas), mas que tente solucioná-las no quadro da aliança e leal, insenta dos golpes (já sobejamente conhecidos) de certos «unitários», de confiança nas massas, de debate público, só essa política serve à construção da Frente.

E ser, hoje, revolucionário em Portugal, é ser pela Frente. Pela Frente Única Democrática e Popular, claro.

(*) Enver Hoxha-Rapport sur le rôle et les tâches du Front Démocratique pour le triumphe complet du socialisme en Albanie

Informação e desenvolvimento

Luis Nandim de Carvalho

Comemora-se a 25 de Outubro o dia mundial da informação para o Desenvolvimento sob os auspícios das Nações Unidas.

Mas que informação? Toda a que interfere no crescimento do bem-estar social, a informação de conhecimentos — a informação científica, técnica, sócio-económica e cultural, matéria-prima para a decisão, e também a comunicação social, as relações públicas e a publicidade enquanto que suportes dum programa concertado de desenvolvimento. Por isso concepções modernas com larga audiência nos organismos internacionais definem a Informação como um recurso vital, semelhante à energia e à matéria, indispensável de toda a actividade humana.

Porque constitui o eio indispensável e insubstituível entre a actividade intelectual e a actividade material, a informação é um direito fundamental e inalienável do homem, riqueza a explorar e gerir criativamente para bem dos indivíduos e da sociedade. Mais ainda, para um país em vias de desenvolvimento, que necessita de atingir a sua independência tecnológica e acelerar o processo conducente ao bem-estar social, o aproveitamento deste recurso é uma condição essencial. Menosprezar esta realidade implica condenar-nos ao colonialismo cultural e tecnológico a médio ou longo prazo.

A maior parte dos países, que de há muito reconhecem a informação como base do progresso e que dispõem de largas possibilidades de investimento na investigação e no desenvolvimento, criaram sistemas complexos dirigidos às necessidades particulares dos sábios, dos técnicos, dos práticos, de todos, enfim, os que participam nas actividades sócio-económicas. Países de recursos mais modestos, e que só tardiamente se têm apercebido desta realidade, apressam-se a planear todos os seus esforços, que lhes poderão assegurar aquela infraestrutura decisiva.

O caminho da planificação da informação foi, assim, a solução dos países socialistas e os seus resultados foram tão notórios que converteram ao próprio método, à articulação e integração de todos os esforços países de concepção capitalista onde não é problema a economia de meios mas sim a eficácia dos resultados.

Por outro lado, na medida crescente da universalização da vida dos povos, da interpenetração das relações económicas, culturais e sociais exige-se uma cada vez maior articulação dos sistemas de Informação Científica e Técnica (ICT) que deixam assim de poder continuar, individualmente, a viver à escala artesanal e ao sabor do impulso.

É neste contexto que a ONU, naturalmente detentora da radiografia detalhada da situação, se

aplica ultimamente em incluir junto de cada país na definição de políticas nacionais de ICT e a apoiar os projectos mais válidos para atingir a sociedade informada do futuro.

Em Portugal as preocupações com a informação interviniente no desenvolvimento têm-se vindo a expressar parcamente, de há muito a esta parte. Podem-se mesmo apontar alguns esforços notáveis de desenvolvimento de aspectos particularmente relevantes como o da documentação científica e técnica à escala nacional, da rede de bibliotecas universitárias, da documentação para o ensino, das bibliotecas de regos, das bibliotecas municipais, das bibliotecas itinerantes e outras.

Como sistema global a concretizar uma política nacional de informação, que se integre nos planos gerais de desenvolvimento sócio-económico do País, só recentemente dispomos de um projecto de Sistema Nacional de Informação Científica e Técnica que, antecedendo, todavia, recomendações internacionais na matéria, se enquadra plenamente nos objectivos e metodologias apontados, apresentando soluções concretas técnicas e orientando-se para um impacto real no processo de desenvolvimento português.

Tal como se apresenta, pode-se falar dele como paradigma, pois que o projecto se concretizará à medida que se vão formando e

articulando sub-sistemas de informação para áreas temáticas ou sectores de actividade com total flexibilidade e sem nunca se fechar.

A amplitude e complexidade das tarefas envolvidas, as próprias exigências de determinados sectores e as limitações com que se depara, nomeadamente a tremenda falta de mão-de-obra especializada na ICT, impõem a mobilização imediata das forças empenhadas e a sua conjugação com outras para uma rápida concretização dos objectivos propostos.

A criação do Gabinete Nacional de Informação Científica e Técnica (GNICT), que terá degão coordenador do sistema e, muito especialmente agora, degão de estudo e planeamento das acções indispensáveis ao arranque de sub-sistemas imediatamente viáveis e à articulação com os sistemas já existentes, constitui a plataforma de encontro dos esforços, antes isolados, e a dinamização de projectos infraestruturais de outra forma inconsequentes.

Trata-se de uma tarefa nacional de carácter marcadamente revolucionário no que se refere à alteração das estruturas e métodos operacionais que se propõem, cabendo ao GNICT criar as condições que se exigem a partir dum esforço colectivo, conscientemente assumido e compartilhado.

As vicissitudes do artista soviético

Mário Pedrosa

QUANDO se examina o contexto social e económico criado pela produção em massa pensa-se logo em «lei de aceleração das experiências artísticas contemporâneas». Esse aceleração provocado pela força externa ao campo intrínseco das artes, isto é, pelo consumo em massa, é assim fenómeno moderníssimo.

Nos regimes pré-capitalistas, que se caracterizavam pela ausência do mercado como motivação principal da produção em geral, o artista criador equiparava-se perfeitamente ao trabalhador - produtor não propriamente artista. Em tais regimes, a obra de arte não sofria nenhuma metamorfose no sentido de se transformar num objecto de propriedade privada capitalista, quer dizer, em mercadoria.

A formidável originalidade da nossa época está em que ao lado de restos decedentes de regimes pré-capitalistas, o regime de produção em massa, sob o capitalismo de monopólio, impõe um condicionamento totalmente novo ao trabalho do artista criador, que de trabalhador improdutivo passou a ser também trabalhador produtivo. Quer dizer: passou a ser, e cada vez mais assim o é, um trabalhador de mercadorias para o mercado. Isso significa que aquele seu dom natural de produzir, equiparável ao dom natural do bicho da seda que produz seda, tende a ser cada vez mais rapidamente absorvido num esforço directo e consciente do produtor industrial, que fornece seu produto

ao mercado. Essa situação é hoje clara para o artista que vive e trabalha num regime de produção em massa, como o do alto capitalismo americano.

Não esqueçamos, porém, que a formidável originalidade da nossa época não se esgota no apontar a existência deste poderoso sistema produtivo, ao lado de definhantes regimes pré-capitalistas que por aí ainda vegetam na imensa área do «Terceiro Mundo». Outro sistema existe que tende à produção em massa, mas não é regido pelas leis do mercado capitalista. Trata-se, é claro, da área dita socialista do mundo, que tem na União Soviética a sua expressão mais acabada. Dada a ausência de economia de mercado, na qual portanto a lei do aceleração das experiências artísticas não deveria exercer seus efeitos, a posição do artista ali deveria ter perdido aquela ambiguidade em que caiu quando, em face do poder avassalador do mercado, o trabalho dele passou a ser ao mesmo tempo «improdutivo» e «produtivo». Pois o paradoxo incompreensível — mas socialmente muito revelador — foi que aquela ambiguidade não desapareceu na posição social do artista soviético. Ela continuou a medrar pelo menos durante toda a época do obscurantismo stalinista, quando o grande país passou pelo processo de industrialização intensiva, no curso do qual se deu terrível retrocesso cultural.

Como se sabe, foi ali entronizada uma estética burocrático-

-burguesa, baptizada de «realismo socialista», com uma função social muito precisa, de idealização da nada atraente realidade social dada. Desse contexto nasceu o mito do «herói positivo», (inspirado também na estética fotográfica das estrelas de Hollywood), próprio a uma sociedade em que tudo se passa como se fosse constituído de uma nova pirâmide social, cuja base era formada de heróis ainda não, ou imperfeitamente, positivos, e que se iam, de degrau em degrau, positivando até o cume, onde se encontra o único absoluto herói positivo, o generalíssimo genialíssimo. O herói positivo ! é então retratado, em pose majestática, pelo Primeiro Pintor Oficial, que é, por sua vez, o primeiro dos heróis positivos da sua hierarquia (Guecrasimov estava para Stalin como Meissonnier para Napoleão). Os artistas soviéticos de então produziam «belas artes» para o consumo conspícuo da Alta Burocracia soviética.

Os artistas «bichos de seda» que se achegassem a um canto para, fazendo uso do seu dom natural, produzir sua seda, não tinham vez, se não fossem, simplesmente, como tantos o foram, ensotados de seu canto, ou esmagados como seres in/ou associados, com um pecado irreparável, o de não poderem jamais galgar a base da pirâmide dos heróis positivos. A contradição era assim profunda entre as premissas marxistas da economia e a realidade das superestruturas. A ética do herói positivo acabou destruída quando o

Absolute Herói Positivo capitulou, como qualquer não herói, perante a morte. E os «bichos de seda» voltaram a mexer-se na URSS. O problema da criação artística é, então, reposita em quando na União Soviética, com uma amplitude que se aproxima da dos alvores da Revolução.

Permitam-me agora trazer pequeno depoimento pessoal quanto à atitude, que ainda existe há cerca de 15 anos atrás, em certos sectores dirigentes soviéticos em relação ao problema da criação artística. Na Primavera de 1961, tive a ocasião de visitar Moscovo, na qualidade de director do Museu de Arte Moderna de São Paulo e organizador da VI Bienal paulista. Ia no intuito de conseguir pela primeira vez a participação da União Soviética no certame de São Paulo. Não tinha ilusões quanto ao valor da sua arte oficial, mas considerava um escândalo que até então a URSS não estivesse presente à nossa Bienal. Mas ao mesmo tempo sonhava com a possibilidade de trazer, juntamente com a representação dos construtivistas e suprematistas russos da primeira época da revolução em torno de nomes gloriosos e legendários como Malevitch, Tatlin, Kandinski e outros. Nos depósitos dos museus, o Irtiakov, em Moscovo, o Irtiagie, em Leningrado, se encontravam obras importantes daqueles artistas. Até hoje, nem no Ocidente, nem na própria URSS, creio, foram elas expos-

tas ao púncio. Quanto à minha gestão em Moscovo junto ao então ministro da Cultura, Madame Furtsova, tive êxito em relação à participação oficial soviética na VI Bienal, em relação à apresentação dos construtivistas e a suprematistas, da primeira época da revolução, o fracasso foi total.

Não me conformava que o destino das obras desses artistas fosse limitado aos depósitos dos grandes museus russos.

O ministro afirmara e reafirmara não terem aqueles artistas a menor importância; eram afastados do povo; não pertenciam à história da arte russa da nossa época. Assim, a história da arte russa do século e da arte soviética em particular poderia ser escrita, completamente, sem se levar em conta a existência daqueles artistas. É um argumento este, dizia eu, decisivo; não o quero discutir.

Mas, se é verdadeiro, perguntava, por que guardais tão obstinadamente nas reservas de vossos museus de Moscovo e Leningrado os quadros e objectos desses artistas? Se não fazem sequer parte da história da arte soviética, mesmo de um ponto de vista negativo, se não representam absolutamente nada para vós, a tal ponto que nem mesmo o empréstimo é admissível, não se compreende que os guardeis. Então, não haveria para eles senão três soluções, «lógicas e claras» da parte de gente «são lúcia e coerente na maneira de pensar e de agir, como vós»: 1) Destrui-los; 2) Presentá-los

a algum museu ou instituto de arte do Ocidente, que tivesse interesse em recebê-los; 3) Vendê-los, simplesmente». E eu acrescentava compreender que a ideia de destruí-los «vos repugnasse imediatamente, não só por ser antipática e mesmo bárbara, como por que o gesto se prestaria «as habituais interpretações de má fé da parte dos inimigos da União Soviética». «Restam, pois, essas duas proposições que tamo a responsabilidade de vo-las fazer: vendê-los ou dá-los.»

O nosso museu, acrescentava eu, estaria pronto a comprá-los, em condições aceitáveis a seus recursos, e, no caso desta solução, pediria de pronto a prioridade sobre os demais pretendentes. Caso, porém, a segunda proposição fosse a preferida, «é evidente que o nosso museu estaria pronto a recebê-los como presente do governo soviético.»

«Guardaremos essas obras pelo menos como documentos de ordem histórica, que nos tocam em particular, dado que as fontes de nossa arte moderna e de nossa arquitectura passam certamente por certas pesquisas, de natureza técnica e estética, mesmo social e científica que estiveram nas origens desses construtivistas russos, como dos cubistas franceses, dos futuristas italianos e dos neoplasticistas holandeses.»

Passaram-se alguns anos desse encontro. O degelo cultural na União Soviética prosseguiu com altos e baixos. Mas já se ouve a voz da posteridade. Em 1924, em Moscovo, Leon Trotski, es-

crevendo sobre esses artistas, depois atirados aos porões e ao esquecimento, dizia: «A evolução da arte no futuro seguirá o caminho de uma crescente fusão com a vida, quer dizer, com a produção, com as frotas populares, com a vida colectiva dos grupos.

É bom que o grupo LEF compreenda isso e o explique. Não é bom, porém, quando apresenta um ultimato a curto prazo, na base da arte do dia... é necessário um pouco de visão histórica ao menos, para compreender que entre nossa pobreza económica e cultural de hoje, e o tempo da fusão da arte com a vida, quer dizer, o tempo em que a vida terá alcançado tais proporções, que será feita inteiramente pela arte, mais de uma geração tem de vir e passar.» Mais de uma geração, com êxito, veio e passou; os construtivistas, que já haviam feito, segundo Trotski, ainda na mesma época «significativas conquistas, embora não de facto na direcção que se haviam traçado», os futuristas, «suas realizações em arte, especialmente na poesia, dificilmente se podia negar», os cubistas, os suprematistas, todos foram lançados aos porões e perseguidos; todos esses movimentos não resistiram à Nova Política Económica (NEP) que salvou, como se sabe, a economia soviética do impasse do «comunismo de guerra», com o restaurar do mercado capitalista para restituir as forças produtivas paralisadas. Se aqueles movimentos foram sendo afastados, um novo surto, porém, que se proclamou «filho e

essência da Revolução», era o chamado «neoclassicismo». Sarcasticamente, Trotski pergunta: «Por que só depois de 4 anos de reflexões, é que apareceu para nós dizer que «o classicismo é a arte da Revolução? Isso já é, comentava Trotski, uma preocupação... clássica.» Mas — continuava o companheiro de Lenin dos dias heróicos, — não em o neoclassicismo filho da Revolução do mesmo modo ou no sentido em que a NEP o é? E não está, perguntamos hoje, nessa fulgurante intuição do organizador do exército vermelho, a razão daquela disparidade monstruosa, que só agora se está vendo, entre os progressos formidáveis das forças produtivas soviéticas e o retrocesso escandaloso no plano das superestruturas culturais, disparidade que assimilar a era staliniana, com o seu culto da personalidade, e correspondente «realismo socialista» em arte?

Os fios da história cultural soviética, partidos com a NEP e a era stalinista, estão sendo agora reamarrados pelas graças actuais de seus artistas, que chamam dos porões onde jaziam os seus maiores, os Kandinski, os Malevich, os Tatlin, cujos projectos, de então, como o cilindro de vício giratório do último para sede da Internacional Comunista que parecia audacioso demais mesmo para um Trotski, não são hoje sendo embebidos, embora gloriosos, de uma revolução arquitectónica que só agora vai alcançando seu apogeu.